

MÍNIMO DE R\$ 151 PASSA NO CONGRESSO

Projeto de lei de conversão que mantém o valor fixado pelo Poder Executivo e em vigor desde 3 de abril foi aprovado à 1h40 de hoje pelo Congresso. O texto prevê novo reajuste do salário

mínimo entre janeiro e abril de 2001, desde que existam fontes adicionais de receita ou sejam feitas compensações orçamentárias, para que não haja comprometimento das metas fiscais.

PÁGINA 3

Fundo contra a pobreza é aprovado em 1º turno

Com o objetivo de viabilizar para a população pobre acesso a níveis mínimos de subsistência, a proposta foi apresentada por Antonio Carlos Magalhães em agosto do ano passado



Alcântara (relator) conversa com Antonio Carlos (autor da proposta) e o líder do governo, José Roberto Arruda. O Plenário discutiu a proposta por quatro horas

COMO SERÁ O COMBATE À MISÉRIA

Recursos
até 2010, de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões anuais

Destinação
programas de educação, saúde, habitação e reforço de renda familiar, além de ações suplementares de nutrição

- Principais fontes de receita**
- Adicional de cinco pontos percentuais do IPI sobre produtos supérfluos
 - Dotações orçamentárias
 - Imposto sobre grandes fortunas
 - Adicional de oito centésimos sobre a alíquota da CPMF, válido até junho de 2002 (*)

Público-alvo
Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), existem no Brasil 54 milhões de pobres, dos quais 24 milhões em estado de indigência

(*) Após esta data, o adicional seria substituído por um fundo criado a partir da economia no pagamento de juros obtida pelo governo após a privatização de estatais.

Imagem de fundo: "Retirantes" (1949), óleo sobre tela de Cândido Portinari. Acervo do Map

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães que institui o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O fundo, que deve vigorar até o ano de 2010, recebeu 62 votos a favor, oito contra e uma abstenção. A proposta, na forma de um substitutivo da Comissão de Justiça do Senado, voltará a ser discutida em segundo turno a partir do dia 18.

PÁGINAS 4 A 6

REMÉDIO DE USO CONTÍNUO PODERÁ SER PAGO PELO SUS

Comissão de Assuntos Sociais aprova ressarcimento pelo SUS de gastos com medicamentos de uso contínuo.

PÁGINA 7

CCJ aprova eleição proporcional com lista fechada

PÁGINA 9

Comissão reduz área de reservas na Amazônia

PÁGINA 10

REICHSTUL DIZ NA CAE QUE UNIÃO MANTÉM O CONTROLE DA PETROBRAS

PÁGINA 8

Ney Suassuna (E) observa o depoimento de Reichstul na CAE



PFL vota por R\$ 151, mas ACM mantém apoio a reajuste maior

Presidente do Senado participa de reunião do comando partidário e reafirma defesa de salário mínimo equivalente a US\$ 100

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou na manhã de ontem de reunião da comissão executiva nacional do PFL, que decidiu recomendar aos parlamentares do partido o voto no projeto de conversão negociado na comissão mista do salário mínimo. O projeto con-



Antonio Carlos Magalhães: apoio ao mínimo de R\$ 177

firmou o novo valor para o salário mínimo de R\$ 151, estabelecido pelo governo por meio de medida provisória. O partido aprovou também a possibilidade de reajuste desse valor entre janeiro e abril de 2001, enquanto o senador reafirmou seu apoio a um reajuste maior, para R\$ 177, equivalentes a US\$ 100.

O anúncio oficial da decisão do PFL coube ao senador Jorge Bornhausen (SC), que destacou a evolução dos entendimentos entre as lideranças partidárias no sentido de apoiar o valor proposto pelo gover-

no para o reajuste do mínimo, mas dentro de um projeto de conversão que abra a possibilidade de "um aumento real do mínimo em 2001".

Bornhausen lembrou que emenda apresentada pelo deputado Luiz Antonio Medeiros (PFL-SP) abriu caminho para o entendimento em torno do projeto de conversão e dará condições ao Congresso de remanejar verbas no Orçamento do próximo ano, se necessário, para assegurar um reajuste real e mais expressivo.

O senador Antonio Carlos Magalhães apontou a votação da medida provisória do salário mínimo como "uma vitória da razão e uma vitória do comando da Mesa". Nos últimos anos, os reajustes do mínimo sempre foram feitos por medidas provisórias, sendo o deste ano o primeiro efetivamente votado pelos parlamentares.

Senador discorda de punição a quem não acompanha o governo

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, previu ontem, antes da sessão do Congresso, que "uma maioria expressiva" do PFL votaria com o governo na apreciação da medida provisória do salário mínimo. Quanto a punição a possíveis dissidentes, ele afirmou que seria "extremamente desagradável".

— Como o presidente colocou esse assunto, talvez ele seja obrigado a punir, mas eu acho errado — ressaltou o senador.

Antonio Carlos disse que ficou satisfeito com as referências elogiosas a seu respeito feitas pelo presidente Fernando Henrique, durante a solenidade de posse do novo

ministro do Esporte e Turismo, Carlos Mello.

— Todo mundo gosta de ser elogiado; pelo presidente da República, ainda mais. Não posso deixar de dizer que fiquei muito satisfeito — reconheceu.

O senador considerou "muito inteligente" a forma como a Mesa do Senado tratou a recomendação de censura feita a ele e ao líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), pelo Conselho de Ética do Senado. Destacou a menção feita, no comunicado enviado a ambos, ao artigo do Regimento que determina ser dever de todo integrante do Senado denunciar a ocorrência de fatos graves.

Plenário aprecia hoje serviço voluntário nas PMs e bombeiros

O Senado aprecia hoje projeto de lei da Câmara que permite aos estados e ao Distrito Federal instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de saúde nas polícias militares e nos corpos de bombeiros. Em alguns países, como a França, esse serviço é prestado nos quartéis, em benefício da segurança pública e da sociedade, que, assim, tem mais policiais e bombeiros dando-lhe segurança nas ruas.

O projeto leva em conta que as PMs e os corpos de bombeiros têm necessidade de um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, a fim de liberar o efetivo de policiais e bombeiros para suas atividades-fim. Leva em conta, também, que inúmeros jovens, prontos para entrar no mercado de trabalho, mas enfrentando dificuldades para arranjar emprego, poderiam ter nesse serviço voluntário sua primeira ocupação.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentando parecer favorável. Também hoje, o Senado realiza o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros com mais de oito anos no Brasil votar e disputar o mandato de vereador em eleições municipais.

Tião Viana esclarece que Acre comprou todos os remédios a preços mais baixos

A respeito de matéria publicada na página 10 da edição de ontem, sob o título *Tião Viana considera acusações infundadas*, na qual o senador pelo PT do Acre refutou acusações feitas pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), de que teria havido irregularidades na compra de medicamentos pelo governo do seu estado, Viana fez o seguinte esclarecimento: onde se lê

"muitos dos itens foram comprados por um valor inferior pelo menos 20% aos preços utilizados como referência", deve-se ler "todos os itens foram comprados por um valor inferior pelo menos 20% aos preços utilizados como referência". Ele se referia a compras de medicamentos efetuadas durante a gestão do governador Jorge Viana (PT), do Acre.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h40 — Recebe deputado Janos Ader, presidente da Assembleia Nacional da República da Hungria
11h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
21h — Participa do jantar em homenagem ao presidente da República Italiana e senhora Carlo Azeglio Ciampi. *Palácio da Alvorada*

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLC nº 58/99, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares; PDL nº 64/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Macocá para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macocá (SP); PDL nº 103/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Patrocínio para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patrocínio (MG); PDL nº 209/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga (SP); e Requerimento nº 209/2000, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 2 e 21, de 2000, por regulamentar a mesma matéria

COMISSÕES

10h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.011-7, que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos).

Pauta: Votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Subcomissão da Saúde

Pauta: Reunião informal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala Florestan Fernandes*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Ata da 2ª reunião ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS); ata da 1ª reunião extraordinária (21 e 22 de maio); e requerimento do deputado Virgílio Guimarães. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

10h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Reunião de trabalho. *Plenário 6 — Anexo II*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso mantém salário mínimo de R\$ 151

O valor fixado pelo Poder Executivo teve 354 votos favoráveis e 204 contrários. O projeto de lei de conversão aprovado prevê novo reajuste entre janeiro e abril do próximo ano, se houver recursos

O Congresso Nacional aprovou à 1h40 de hoje o salário mínimo de R\$ 151, valor vigente desde 3 de abril. Foram 354 votos favoráveis (306 na Câmara e 48 no Senado) e 204 contrários (184 na Câmara e 20 no Senado) ao projeto de lei de conversão da medida provisória que também incorporou quatro outras medidas provisórias que tratavam do mesmo assunto e vinham sendo reeditadas mensalmente pelo Executivo.

Em votação nominal prévia, 301 deputados e 47 senadores decidiram que as emendas parlamentares destacadas para votação em separado seriam submetidas em globo à deliberação do plenário. Outros 185 deputados e 20 senadores pretendiam apreciar os destaques em separado. Os destaques foram depois rejeitados em globo, incluído o único apresentado pelas oposições - a emenda do deputado Paulo Paim (PT-RS) que substituíria integralmente o projeto de lei de conversão e fixava o salário mínimo em R\$ 177.

O relator na comissão mista que apreciou a matéria, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), acolheu emenda do deputado Luís Antônio Medeiros (PFL-

SP) que permite novo reajuste do mínimo entre janeiro e abril de 2001, caso sejam identificadas fontes adicionais de receita ou sejam feitas compensações orçamentárias para tal, "de forma a se manterem inalteradas as metas fiscais para os exercícios de 2001 e seguintes".

As medidas provisórias convalidadas hoje pelo Congresso fixaram o valor do salário mínimo e dos benefícios previdenciários nos anos de 1996 a 1999 para, respectivamente, R\$ 112 (96), R\$ 120 (97), R\$ 130 (98) e R\$ 136 (99).

A votação resultou de acordo entre as lideranças partidárias pelo qual foram suspensas as discussões e mantidos seis encaminhamentos (três a favor e três contra). Os líderes concordaram também em votar nominal, prévia e globalmente os destaques de emendas apresentados pelos parlamentares e, depois, votar o projeto de lei de conversão, segundo informou o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG). O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, afirmou não haver participado de nenhum acordo, mas ter sido informado da sua existência pelos líderes partidários.

Líderes no Senado encaminham votação em bloco das emendas

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), em nome do seu partido, anunciou o voto contra o requerimento que propunha votação em globo das emendas à medida provisória que instituiu o salário mínimo de R\$ 151. O argumento é que seu partido defende os R\$ 177. Saturnino disse que a justificativa fiscal é uma farsa que se montou no país, já que não vale para os rombos do Banco Central nem para o mercado financeiro. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) também se disse contra a votação em globo das emendas.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou que o mais angustiante é encarar os argumentos fraudulentos do governo no sentido de dizer que não pode estabelecer R\$ 177 para o salário mínimo. Ela criticou os parlamentares do governo por assinarem emendas apenas para impedir que a proposta de R\$ 177 fosse votada separadamente.

Por outro lado, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) defendeu o salário mínimo de R\$ 151 alegando que este é o aumento possível de oferecer aos trabalhadores brasileiros no momento. Ele disse que o seu partido optou por não fazer a política da conveniência, mas a que possibilitará ao país fazer as mudanças estruturais que possibilitarão melhorar a vida das pessoas.

Na mesma linha, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) informou que os governadores do seu partido se anteciparam ao aumento do salário mínimo e ofereceram um reajuste maior, como foi o caso de Roseana Sarney (Maranhão), César Borges (Bahia) e Amazonino Mendes (Amazonas). Ele defendeu a votação em bloco das emendas, assim como o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).



Parlamentares permaneceram reunidos até 1h40, quando se aprovou o projeto de conversão

Antonio Carlos afirma que não mudou de idéia

Questionado durante a sessão pelo deputado Paulo Paim (PT-RS) sobre qual seria sua posição com relação ao valor do salário mínimo no país, o presidente Antonio Carlos Magalhães afirmou que sua opinião é a que está publicada em todos os jornais do país. Ele acrescentou que não mudou de idéia. "Como estou na presidência do Congresso, não posso anunciá-la, mas minha posição continua a mesma", disse Antonio Carlos.

Ao pedir o depoimento de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Paim destacou que, apesar das divergências políticas que tem com o presidente do Congresso, "ele sempre assumiu comigo uma postura do mais alto nível". Paim acrescentou que Antonio Carlos sempre cumpriu "na íntegra" tudo o que conversou com ele. "Faço um apelo aos parlamentares do PFL para que não deixem o seu líder guerreando sozinho pelo salário de R\$ 177", acrescentou.



Antonio Carlos Magalhães

Rocha defende valor de R\$ 177

O Brasil é um dos vice-campeões de desigualdade, afirmou o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao conclamar ontem os parlamentares a apoiarem um salário mínimo de R\$ 177. O senador disse que o presidente Fernando Henrique gosta de ressaltar que o país vai continuar crescendo, mas "esse crescimento geralmente aprofunda as desigualdades no país".

— Esta Casa vive mais uma manifestação de incoerência. De um lado,

os que querem garantir ao trabalhador o direito de receber R\$ 26 a mais em seu salário. Do outro, os que querem tirar esse direito mínimo. Caso se aprove um salário de R\$ 151, os parlamentares estarão remetendo os aposentados para o subsolo da nação — defendeu.

Sebastião Rocha manifestou ainda inconformidade com as ameaças que o presidente da República fez de retaliação aos que votassem contra a sua proposta.

Suplicy cobra meta de FHC

Quando candidato à Presidência, lembrou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Henrique Cardoso teve como uma de suas metas dobrar o valor real do salário mínimo nos quatro anos do primeiro mandato; já no segundo, após cinco anos, registrou-se um acréscimo de apenas 28%.

Ao questionar dados apresentados pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), segundo o qual o salário mínimo, no final de 99, era igual ao de 1940 em termos reais, Suplicy

observou que de lá até hoje o produto *per capita* aumentou de cerca de 80 para 5 mil dólares. O salário não deveria ter acompanhado a evolução do crescimento da produção?, perguntou.

Em aparte, José Eduardo Dutra (PT-SE) leu texto em que o autor afirma que a lógica da base do governo é a do possível, mas que a política deve submeter-se à lógica do necessário. O autor, revelou ele, foi Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 1993, quando senador.

Marina usa cordel para protestar

Durante a discussão da medida provisória que instituiu o novo valor do salário mínimo, a senadora Marina Silva (PT-AC) distribuiu um livreto de cordel para demonstrar seu descontentamento com a proposta do governo. O texto de sua autoria, *A peleja de um dotôr presidente com o Zé do Salário*, descreve o duelo verbal entre um traba-

lhador e o presidente da República.

A história da "peleja" envolve todos os lances desde a edição da medida provisória instituindo o salário mínimo em R\$ 151, incluindo o acordo firmado entre os governistas e a oposição para votar a medida no dia 26 de abril, descumprido pelos parlamentares da situação.



A proposta de emenda constitucional de iniciativa de Antonio Carlos Magalhães foi acolhida na forma de substitutivo, e será ainda submetida a segundo turno de votação

Fundo contra miséria é aprovado em 1º turno

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem substitutivo à proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães que institui, para vigorar até 2010, um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O objetivo do fundo é viabilizar à população pobre acesso a níveis dignos de subsistência. Na votação, foram computados 62 votos a favor, oito contra e uma abstenção.

A discussão e a votação da matéria absorveram o Plenário por quatro horas, sem conseguir mudar o substitutivo apresentado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ao final, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que, aprovada em primeiro turno, a matéria voltará a ser discutida em Plenário no próximo dia 18, por três sessões deliberativas, a fim de ser votada em segundo turno.

Explicando o texto votado, Lúcio Alcântara disse ter incorporado a essa proposta prescrições de texto semelhante, elaborado, no ano passado, pela Comissão de Erradicação da Pobreza. Entre essas idéias, ele adotou a referente à possibilidade de criação de fundos

estaduais e municipais.

Isso significa que os estados, o Distrito Federal e os municípios devem também criar fundos de combate à pobreza, com recursos semelhantes aos aprovados pelo Senado, assim como outros que vierem a fixar, devendo esses fundos serem geridos com a participação da sociedade civil.

O relator também disse que seu substitutivo buscou compatibilizar as diferentes visões apresentadas sobre a questão, atentando sobretudo para a possibilidade efetiva da implantação, o mais rápido possível, desse fundo constitucional destinado a reduzir a miséria no Brasil.

O substitutivo votado acolheu duas emendas de Plenário. A primeira para evitar que a desvinculação de receitas da União incida sobre os recursos do Fundo de Combate à Pobreza. A segunda, assegurando a criação de um Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo, que terá em sua composição representantes da sociedade civil.

Plenário rejeita votação em separado

O Plenário rejeitou o requerimento para votação em separado de cinco emendas apresentadas pelos parlamentares da oposição. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou, afirmando nunca ter presenciado no Senado esse tipo de atitude — negar à oposição o direito de discutir suas emendas mesmo que, posteriormente, o Plenário viesse a votar contra seu mérito. “A maioria passou o trator sobre os direitos da minoria”, disse.

Arruda: projeto “alavanca” recursos

“Pode não ser o projeto ideal, mas alavanca recursos para combater a pobreza no país” — afirmou o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF) ao encaminhar voto favorável à proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Embora reconhecendo que o montante não será capaz de acabar com a pobreza, Arruda disse que a proposta é boa.

Para o líder do governo, não se

A senadora Marina Silva (PT-AC) também protestou. Ela disse não se conformar com a radicalização das lideranças governistas, que negaram a possibilidade de discussão de emendas “que tinham como objetivo melhorar a PEC”. Para ela, não se pode limitar a política ao “possível”. Se os cientistas se tivessem conformado com o possível, não tentando o impossível, muitos dos avanços da medicina e da tecnologia não teriam acontecido, concluiu.



José Roberto Arruda

justifica dizer que não houve discussão sobre o projeto. “Todos os senadores que quiseram expressar seus pontos de vista tiveram espaço para fazê-lo”, concluiu.



Por quatro horas, os senadores discutiram em Plenário o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que vai vigorar até o ano de 2010

Alencar afirma que não há como “fazer melhor”

José Alencar (PMDB-MG) afirmou que as críticas vieram de parlamentares tão sensíveis à necessidade de combater a



José de Alencar

pobreza quanto “a esmagadora maioria da Casa” que manifestou sua aprovação à proposta. As críticas formuladas, a seu ver, baseiam-se na vontade de que o projeto implicasse maior volume de recursos, capazes de efetivamente erradicar a pobreza no país. “Não temos como fazer melhor”, sustentou o senador.

Para Quintanilha, “grande passo” em busca da dignidade

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) considerou que a criação do fundo contra a pobreza é um “grande passo” na busca de assegurar “as garantias mínimas exigidas pela dignidade humana”.



Quintanilha

A elite brasileira tem sido muito perversa, na opinião do senador, pois estabeleceu e mantém uma concentração de renda acentuada, responsável em grande parte pela miséria encontrada no país.

Lauro Campos aponta coincidência nas votações

O senador Lauro Campos (PT-DF) fez uma relação entre as votações da proposta de emenda constitucional que cria o



Lauro Campos

Fundo de Combate à Pobreza e da medida provisória que fixou em R\$ 151 o valor do salário mínimo. Para ele, não é coincidência o fato de as duas votações ocorrerem no mesmo dia. “Com a aprovação da emenda constitucional os miseráveis terão R\$ 4 mensalmente para aplacar a sua fome”, acrescentou.

Thelma vê saída para a escassez na área social

De acordo com a senadora Thelma Siqueira Campos (PPB-TO), apesar de já haver recursos orçamentários previs-



Thelma Siqueira

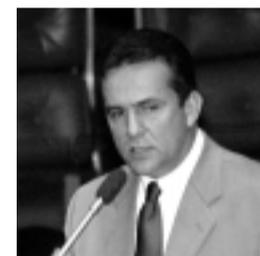
tos pelo governo para o setor social, eles não são suficientes para cobrir o projetos previstos pelo Ministério da Previdência e pelas diretrizes governamentais. Por isso, ela disse dar “graças a Deus” quando se depara com propostas como a que cria o fundo contra a pobreza.



Iris Rezende

Iris: solução para o campo é que erradica miséria

Ao se declarar favoravelmente à emenda que cria o fundo contra a pobreza, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) alertou que o país não vai conseguir erradicar a miséria, caso a sociedade não se volte para a questão agrária. Para o senador, a emenda vem em socorro “dos que não podem mais esperar, mas a solução para o Brasil só virá com o desenvolvimento, que poderá gerar emprego e renda”. O senador lamentou que num país de terras tão férteis, quase 1/3 da população vive em situação precária. “Isto se deve aos muitos erros da elite deste país”, apontou.



Luiz Otávio

Esforço de ACM será reconhecido, afirma Otávio

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) observou ontem que todas as tentativas de mudança para a melhoria do povo brasileiro, nos últimos tempos, têm sido desacreditadas, principalmente pelos “políticos pessimistas”. Ele previu, todavia, que o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza terá o mesmo destino que o Fundef, que, na sua opinião, apesar das dificuldades e oposição enfrentadas, melhorou em muito a situação do ensino no país. “O Brasil haverá de reconhecer o esforço e dedicação do senador Antonio Carlos Magalhães na criação do fundo”, salientou Luiz Otávio.



Relator da proposta de criação do Fundo de Combate à Pobreza disse que o substitutivo por ele apresentado foi o melhor que pôde conseguir



Paulo Hartung

Hartung alerta para desvio de recursos sociais

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) alertou que o dinheiro de programas sociais frequentemente não chega ao pobre, ao doente ou à criança abandonada. “Análise de órgãos do governo mostra uma grande diferença entre o que sai para fundos assistenciais e o que chega aos necessitados”, ponderou.

Mesmo dizendo que votaria contra a proposta, Hartung afirmou que ela teve o mérito de trazer o tema para discussão no Senado. O senador Carlos Wilson (PPS-PE) afirmou que votaria a favor da PEC, por entender que ela tem méritos, e agradeceu a Hartung, líder do PPS, por não fechar questão.



Heloísa Helena

Heloísa Helena: “Migalha não forma cidadão”

Ao discutir a PEC, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) denominou de “migalhas” os R\$ 4 bilhões anuais que irão para o Fundo de Combate à Pobreza. Para ela, não haveria necessidade de nova estrutura para cuidar de quantia tão pequena, sendo mais eficiente destinar o dinheiro diretamente ao Fundo de Assistência Social, “sem fazer tanta demagogia”.

Segundo Heloísa, “migalha cria mendigo, não forma um cidadão”. Ela explicou que votaria contra a PEC por entender que esse tipo de iniciativa representa, apenas, um mecanismo para atenuar tensões sociais, que não precisaria existir se a Constituição fosse cumprida em suas exigências de saúde, educação e assistência social para todos.



José Eduardo Dutra

Dutra condena interferência de Malan

— É inadmissível que a “emenda Malan” possa ser alçada à condição de emenda constitucional — disse o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) durante a discussão da criação do Fundo de Combate à Pobreza.

De acordo com Dutra, o que começou como uma iniciativa louvável e independente do Congresso tornou-se, mais uma vez, uma mera “autorização” dada pelo governo. Ele repudiou a interferência do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que teria influenciado o substitutivo do senador Lúcio Alcântara às propostas de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da Comissão Mista.



Pedro Simon

Fundo será insuficiente, prevê Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a não aprovação de emenda de sua autoria que retiraria R\$ 10 bilhões do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e os destinaria ao Fundo de Combate à Pobreza tornará insuficiente a iniciativa de erradicação da miséria.

De acordo com Simon, o Senado, que permitiu a rolagem de R\$ 11 bilhões à prefeitura de São Paulo e concedeu de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões para o Programa de Recuperação do Sistema Bancário (Proer), deveria ignorar as sugestões do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

— Foram perguntar ao Malan o que achava do Fundo de Combate à Pobreza. Mas ele não entende de pobreza — comentou o senador.

Para Alcântara, o importante era viabilizar a proposta

Ao defender o parecer favorável à proposta de emenda constitucional de criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) esclareceu que o texto foi o melhor que pôde conseguir. “Este é mais um instrumento, é mais um recurso, uma resposta política. Mostra que o assunto foi tratado no Senado e que se procurou, tanto quanto possível, viabilizar a proposta”, afirmou.

O parlamentar sustentou que o texto submetido a votação significava o ponto até onde foi possível avançar. “O importante era viabilizar a proposta, fazer com que tra-

mitasse de maneira a tornar-se realidade, ainda que não fosse o sonho de cada um de nós”, esclareceu.

Alcântara também observou que, se o texto aprovado não tem a força que todos gostariam, representa uma contribuição, ao longo de dez anos, de R\$ 40 bilhões para combater a pobreza. Ele explicou ter feito o melhor que pôde para tornar concreta a idéia, e que foi um texto penosamente negociado, em especial para conseguir o compromisso do governo de



Lúcio Alcântara

torná-lo efetivo. Referiu-se ainda ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, autor da proposta, dizendo que sua longa vida pública deve ter-lhe dado a percepção para a iniciativa.

O relator lembrou os esforços dos parlamentares que se dedicaram à Comissão Mista de Erradicação da Pobreza, formada por inspiração da senadora Marina Silva (PT-AC), e disse ter ficado na posição mais delicada, que era a de viabilizar a proposta até torná-la realidade.

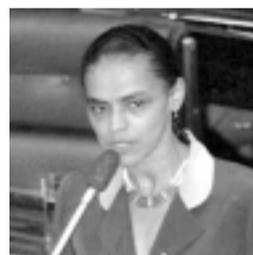
Ademir lamenta pressão do governo

Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a interferência do governo ao impedir que a proposta original do Fundo de Combate à Pobreza fosse aprovada. Para o senador, muitos parlamentares da base governista também erram, mostrando-se subservientes às determinações do Palácio do Planalto. Ele apontou entre as alterações a supressão do conselho consultivo, “um dos pontos fundamentais da proposta”, excluído por pressão do governo, segundo afirmou.



Ademir Andrade

Ao conclamar os parlamentares a uma postura mais altiva, Ademir Andrade condenou a relação que o governo Fernando Henrique põe em prática no Congresso.



Marina Silva

Marina critica corte de R\$ 4 bilhões

— Todos são pela erradicação da pobreza quando se trata de discursos poéticos, abstratos, filosóficos. Não quando a questão é prática — afirmou a senadora Marina Silva (PT-AC), durante a votação do substitutivo às PECs que criam o Fundo de Combate à Pobreza.

A senadora comparou o processo de discussão das propostas de criação do Fundo de Combate à Pobreza ao crescimento de uma rama de maracujá: “Quanto mais cresce, mais se aproxima do chão”. Ela lamentou que o substitutivo do senador Lúcio Alcântara tenha cortado R\$ 4 bilhões dos R\$ 8 bilhões destinados ao fundo, e que tenha desconsiderado a criação de um conselho gestor que pudesse direcionar melhor os recursos.

Marina lembrou que, entre as propostas de combate à miséria discutidas na CCJ, estavam a criação do fundo, a criação do Orçamento Social e uma política de recuperação de salários.

Estados e municípios preocupam Napoleão

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu a desvinculação, para estados e municípios, dos recursos previstos pelo Fundo de Combate à Pobreza. Ele manifestou preocupação com o excesso de limitações a que estão submetidas as unidades da Federação.

— Estados e municípios podem ser manietados demais — afirmou.

Napoleão elogiou, porém, o substitutivo do senador Lúcio Alcântara,



Hugo Napoleão

apesar de pedir maiores esclarecimentos quanto aos destaques apresentados à emenda.

Texto é inconsistente, diz Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) criticou o substitutivo às propostas do Fundo de Combate à Pobreza. De acordo com o senador, o texto aprovado é inconsistente.

— Depois de criar muita expectativa e contar com apoio unânime do Congresso, como uma saída para erradicar a pobreza no país, a emenda constitucional, passados nove meses, o tem-



Geraldo Cândido

po para a gestação de um filho, nasceu frágil, débil e parece um Frankenstein — disse Cândido.



A criação do Fundo de Combate à Pobreza mobilizou ontem o Plenário. A proposta de emenda constitucional foi debatida durante quatro horas pelos senadores



Maguito Vilela

Para Maguito, a medida é estratégica

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza como estratégia para elevar aos poucos o volume de recursos destinado aos mais carentes. Ele considera que o volume de R\$ 4 bilhões anuais não é o ideal, mas um primeiro passo, “uma semente a ser lançada”. Maguito presidiu a comissão mista especial que examinou as causas da pobreza.

– Vamos usar nossa inteligência. Pelo menos o Congresso discutiu o assunto e o fez ouvindo vários especialistas, além de visitar praticamente todos os bolsões de pobreza e miséria do país – argumentou Maguito.



Ramez Tebet

Tebet quer fundo para pequenas empresas

Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ser favorável à criação de um fundo de incentivo às pequenas e médias empresas para geração de mais empregos que, juntamente com as ações de saúde, educação e habitação, seria “o caminho certo para a erradicação da pobreza, através do emprego pleno à população brasileira”.

Tebet disse que a proposta de criação de um Fundo de Combate à Pobreza não obterá sucesso enquanto não houver “firme vontade política” das autoridades em acabar com a miséria no país. O senador anunciou o seu voto favorável à proposta, mas disse que a criação do fundo servirá apenas para nortear os políticos.

Suplicy prega destinação direta de recursos a famílias

Primeiro a manifestar-se em Plenário sobre a votação das propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) formulou um apelo aos líderes partidários para que aprovassem emenda destinando três quartos desses recursos diretamente às famílias que estão na miséria, ou em estado de pobreza absoluta.

– Minha proposição é que pelo menos 75% dos recursos do fundo sejam destinados diretamente



Eduardo Suplicy

àquelas pessoas que pouco ou nada têm e que precisam exercer o direito de participar da riqueza da nação, o direito de receber pelo menos um mínimo de renda, suficiente para uma sobrevivência digna.

Suplicy lamentou que o relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), não tenha acatado sua emenda. Mas apelou aos que estavam em Plenário para que refletissem sobre a importância da proposta. Segundo ele, em todos os países desenvol-

vidos são combinados instrumentos como o salário mínimo e renda indispensável para garantir a sobrevivência das pessoas.

O senador do PT também disse que sua proposta se embasa no conhecimento, experiência e reflexões de economistas, cientistas sociais e filósofos preocupados com a miséria existente no mundo. Suplicy pediu ainda que fosse acatada a emenda da senadora Marina Silva (PT-AC) que garantia a criação de um Conselho Nacional de Solidariedade, com representantes da sociedade, para acompanhar a aplicação do fundo.



Romeu Tuma

Tuma afirma que programa é sinal de preocupação

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) classificou a proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza como sinais de que o tema “preocupa aqueles que têm a obrigação de acompanhar as dificuldades dos brasileiros sofridos do país”. Ele anunciou seu voto favorável à matéria, embora não a considere solução definitiva para o problema.

O parlamentar fez parte da comissão especial que discutiu soluções para a pobreza. Durante os trabalhos da comissão, o senador visitou várias localidades do país, inclusive São Paulo, onde verificou de perto “a temperatura” da pobreza.

– Esse fundo vem minimizar essa miséria que alcança boa parte da população brasileira – acentuou.



Antonio Carlos Valadares

Valadares anuncia apoio do PSB ao substitutivo

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou que seu partido mudou a orientação contrária à aprovação do Fundo de Combate à Pobreza. Embora divergindo em alguns pontos das propostas de emenda à Constituição e de algumas das considerações do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a bancada do PSB entendeu que não podia deixar de votar a favor de uma matéria capaz de injetar R\$ 4 bilhões anuais na área social.

– Desde o momento em que nos manifestamos contra o fundo, o Brasil ficou várias vezes mais pobre – disse Valadares.

O senador observou que grande volume de recursos poderia ser destinado para suprir as necessidades dos mais carentes, mas o governo, em sua opinião, omite-se. Ele citou como exemplo os recursos captados pelos bancos por meio de cadernetas de poupança, e que não são destinados em sua totalidade ao financiamento habitacional.



Roberto Freire

Segundo Freire, proposta não combate a miséria

Roberto Freire (PPS-PE) participou ao Plenário que seu voto seria contrário às propostas de emenda à Constituição que prevêm a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Segundo disse, não se combate uma situação de pobreza com eficácia por meio de medidas meramente suplementares. Ele lembrou que se manifestou contra a proposta desde o momento em que foi apresentada no Senado pela primeira vez.

Freire afirmou que seu partido, o PPS, está se preparando para conquistar o poder político no país. “Nesse contexto, defendo medidas estruturais para melhorar o nível de vida do brasileiro, tais como serviços públicos de qualidade, em especial de saúde e de educação, que são fatores de distribuição de renda.” Ele também propôs uma “discussão séria” sobre salários, em especial o mínimo, para o combate estrutural da pobreza.



Roberto Saturnino

Saturnino: texto merece apoio, apesar de falhas

O líder do PSB no Senado, Roberto Saturnino (RJ), anunciou que o seu partido votaria a favor do substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) às propostas que criam o Fundo de Combate à Pobreza, apesar de discordar parcialmente do texto. Em virtude da urgência do tema e da expectativa da opinião pública em relação às iniciativas do Congresso, justificou Saturnino, o PSB não poderia se posicionar de outra forma.

O senador considerou a proposta elaborada pela comissão mista especial destinada a buscar mecanismos de erradicação da pobreza melhor que o substitutivo aprovado ontem. Ele discorda sobretudo da destinação de recursos de privatização de estatais para composição do fundo.

– Vamos votar a favor e colaborar para que a tramitação dessa matéria tenha a maior velocidade, para que a concretização dessa meta de combate à pobreza encontre uma solução rápida para as camadas mais sofredas e humilhadas da população.



Sebastião Rocha

Rocha considera escandalosa a pobreza no Brasil

Ao discutir a proposta que cria o Fundo de Combate à Pobreza, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) classificou de “escandalosa” a atual situação da miséria no Brasil. Para ele, é inadmissível que a oitava economia do mundo seja vice-campeã das desigualdades sociais, atrás apenas de Serra Leoa, país africano.

Segundo Sebastião Rocha, é essa situação calamitosa – 70% da população estão abaixo da linha da pobreza e 20% abaixo da linha da indigência – que o levou a votar a favor do texto, embora apoiasse a proposta da comissão especial que debateu o tema. “Sabemos que a proposta não é um bálsamo milagroso que vai curar a pobreza no Brasil, mas representa um passo na direção certa.”

SUS deverá ressarcir gastos com medicamentos

A proposta, aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais, prevê que os custos com remédios de uso contínuo poderão ser pagos com recursos públicos. O senador Arlindo Porto é autor do projeto, relatado por Luiz Estevão e que irá a Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) ao projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que prevê o ressarcimento, pelas direções regionais do Sistema Único de Saúde (SUS), dos gastos com medicamentos de uso contínuo.



A Comissão de Assuntos Sociais debateu longamente o projeto antes de aprová-lo. Devem ser beneficiados especialmente os portadores de doenças crônicas

A proposta inclui apenas os remédios prescritos por médico ou serviço integrante do SUS e que não estejam disponíveis nas farmácias de rede própria, contratadas pelo sistema ou conveniadas com ele. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados, sem necessidade de votação em Plenário do Senado.

A proposta, que deverá beneficiar os portadores de diabetes, hipertensão e outras doenças crônicas, prevê que o SUS estabelecerá normas e parâmetros a serem aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde. O relator destacou a preocupação do autor do projeto com a data do início da vigência da lei, que deverá ser no prazo de um ano após a sua publicação, conforme exige a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

— A preocupação tem razão de ser: permitir que os órgãos encarregados da elaboração do Orçamento Geral da União façam uma

previsão das despesas originadas pela nova lei, caso o projeto seja aprovado também pela Câmara dos Deputados — explicou o senador Luiz Estevão. Para ele, a preocupação vai servir de estímulo à busca de pactos de gestão e cobrança de eficiência por parte dos municípios e dos seus parceiros, que são os organismos de gestão estadual e federal do SUS.

A votação foi antecedida por longo debate, entre vários senadores. Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), “o projeto deixa de fora os pacientes de alto risco”. O senador José Fogaça (PMDB-RS) questionou o caráter imperativo da proposta. Marluce Pinto (PMDB-RR) alertou para os aspectos de controle e fiscalização da proposta. Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse ser favorável ao caráter imperativo da proposta, que também foi comentada pelos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Lúcio Alcântara

(PSDB-CE), autor do projeto que deu origem à lei que estabelece a distribuição gratuita de medicamentos a portadores do vírus HIV.

CLORO

Também foi aprovado pela CAE o projeto que proíbe o uso de mercúrio e amianto nas futuras fábricas de cloro. A proposta teve parecer favorável do relator, senador Luiz Pontes (PSDB-CE). “O ideal seria a total substituição do mercúrio e do amianto por novas alternativas tecnológicas menos danosas à saúde e mais limpas na produção de cloro”, disse Pontes em seu parecer. A matéria será agora votada em Plenário.

O mercúrio e o amianto têm efeito cumulativo no organismo, causando danos irreversíveis à saúde humana e ao meio ambiente, informou o relator. Ele reconhece que a obrigatoriedade de troca de tecnologia em fábricas já instaladas é inviável economicamente. Para os infratores, a proposta prevê advertência e até a suspensão da atividade industrial.

Valadares defende mais verbas para saúde

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatório favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) determinando que os recursos aplicados em saúde pública obedecerão a percentual mínimo definido por lei complementar. A emenda também aumenta o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, definindo as suas fontes. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista coletiva da PEC, solicitada inicialmente pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), e anunciou que a matéria será analisada pela comissão no próximo dia 17.

A reunião contou com a presença do presidente da Comissão de Segu-

ridade Social da Câmara, Cleuber Carneiro (PFL-MG), deputados integrantes do colegiado e representantes de entidades ligadas à área. Valadares destacou os méritos e eliminou qualquer dúvida acerca da constitucionalidade da matéria.

— A opinião pública elegeu o setor da saúde, ao lado da educação e da segurança, como o que mais necessita de eficiente intervenção do Estado. A destinação obrigatória de um pequeno percentual da arrecadação própria da União, dos estados e dos municípios para atender às ações de serviços públicos de saúde constitui medida que deverá assegurar maior disponibilidade de atendimento — afirmou o relator.

A CCJ também aprovou relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

favorável à PEC do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que altera a destinação do percentual de 3% do Imposto de Renda aos setores produtivos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo a emenda apresentada pelo relator, 25% do total dos recursos devem ser investidos, por meio de entidades financeiras regionais, em projetos de infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização. No caso do Nordeste, o semi-árido continuará a receber metade dos recursos destinados à região.

— Preserva-se, assim, a intenção da PEC de garantir recursos para projetos de infra-estrutura do setor público estadual, sem comprometer a perspectiva do constituinte que pretendeu garantir recursos para o financiamento do setor privado.

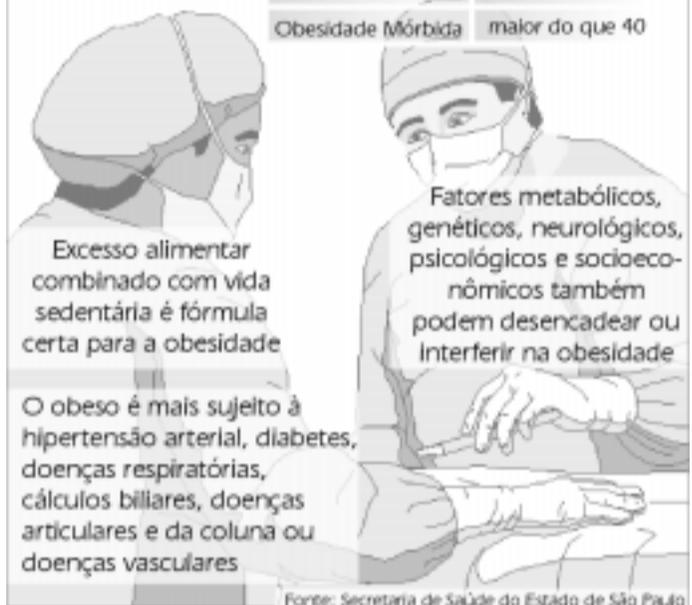
OBESIDIDADE

Sofre de obesidade mórbida quem tem um Índice de Massa Corpórea (IMC) superior a 40

O índice é obtido dividindo-se o peso (em kg) pela altura (em metros) ao quadrado

$$IMC = \frac{\text{Peso}}{\text{Altura} \times \text{Altura}}$$

	IMC
Normal	Menor do que 25
Pesado	25 a 30
Obesidade	30 a 40
Obesidade Mórbida	maior do que 40



Fonte: Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo

CAS

Recursos públicos poderão financiar cirurgia de redução do estômago

Em turno suplementar, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também aprovou substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) a projeto de Luiz Estevão (PMDB-DF) que estabelece a obrigatoriedade da cirurgia de redução da capacidade do estômago (gastrectomia) para pacientes portadores de obesidade mórbida. O problema é causado por disfunção hormonal ou em algum órgão.

Pelo projeto, o SUS poderá realizar gratuitamente as gastrectomias parciais, devendo ainda oferecer assistência integral na prevenção e tratamento da obesidade originada por outras causas, como má conduta alimentar ou problemas psicológicos. A matéria agora será discutida pela Câmara dos Deputados, a menos que 10% dos senadores peçam, por

meio de requerimento, sua apreciação no Plenário.

— Nos casos de obesidade mórbida, mesmo com dietas e exercícios, a reversão do quadro é demorada e difícil. A redução parcial do estômago permite que o organismo processe menos alimentos e isso reduz o peso do doente, controlando a obesidade e suas conseqüências — explicou o relator Sebastião Rocha.

Durante a discussão do projeto em primeiro turno, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou que a obesidade já é tratada como problema de saúde pública nos Estados Unidos. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou a economia de custos que a iniciativa trará ao SUS, uma vez que, curada da obesidade, a pessoa se tornará mais saudável e produtiva.

Reichstul afasta risco de venda do controle da Petrobras

Presidente da estatal depõe na Comissão de Assuntos Econômicos e garante que a União só vai colocar no mercado papéis considerados excedentes ao percentual que precisa deter para continuar como acionista majoritária na empresa

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, negou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, que a venda de ações ordinárias represente risco de transferência do controle acionário da empresa. Ele explicou que o governo vai colocar à venda apenas as ações consideradas excedentes ao percentual que a União precisa deter para manter o controle da Petrobras.

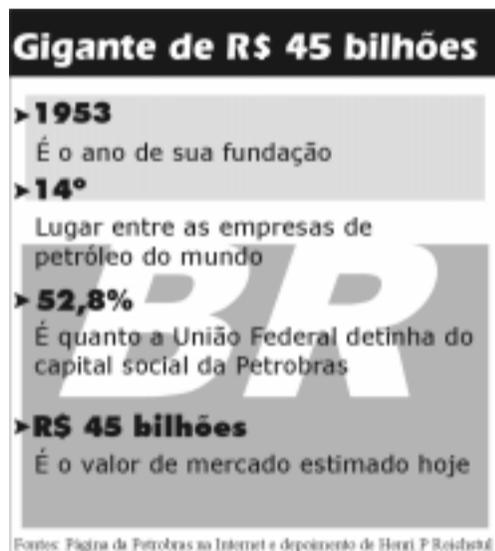
Reichstul disse ainda que o momento é oportuno para a venda das ações, pois a Petrobras alcançou, recentemente, uma significativa valorização – a empresa valia R\$ 10 bilhões há dois anos e hoje está avaliada em R\$ 45 bilhões. O presidente da Petrobras acrescentou que a venda irá aumentar a base de acionistas e também as possibilidades de financiamentos futuros para a empresa.

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e José Eduardo Dutra (PT-SE), presentes à reunião, discordaram das argumentações de Reichstul. Os três foram unânimes em afirmar que a medida poderá criar um precedente ou uma justificativa para o governo realizar a privatização da Petrobras em um momento posterior.

– Nós temos indícios de que o governo poderá, a partir dessa venda, argumentar no futuro que a privatização da empresa é inevitá-



Os senadores Wellington Roberto e Ney Suassuna ouvem o presidente da Petrobras (C)



vel em função das regras do sistema – observou Dutra.

Álvaro Dias disse que a informação sobre os excelentes resultados é motivo suficiente para não vender nenhuma parte dela. Álvaro foi o autor de um dos requerimentos solicitando a presença de Reichstul à CAE e é também o autor de projeto que estabelece a proibição

de venda das ações da empresa e ainda da privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A reunião serviu para instruir os senadores sobre a matéria que entrará na pauta da comissão na semana que vem.

Já os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), José Alencar (PMDB-MG) e Pedro Piva (PSDB-SP) manifestaram-se favoráveis à venda das ações.

Jucá lembrou que os recursos provenientes da negociação (cerca de R\$ 8 bilhões) serão aplicados em ações nas áreas sociais. José Alencar sugeriu que a venda seja feita sob o formato de ações preferenciais e Piva opinou pela utilização dos recursos em investimentos na própria empresa como forma de capitalizá-la.

Reestruturação da empresa preocupa Antero

O senador Antero Paes de Barros afirmou, durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que não ficou satisfeito com as respostas do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, sobre as recentes ações de reestruturação da empresa que resultaram na incorporação da Petroquisa, da Gaspetro e da Braspetro à Petrobras.

Reichstul esclareceu que não ocorreu incorporação, e sim uma modificação, no sentido de reunir em uma mesma área de negócios comum às empresas citadas. “Essa foi a forma encontrada para

que a Petrobras se transforme em uma empresa de ação integrada que é, hoje, o modelo mais eficiente encontrado no mercado do setor”, pontuou.

Antero Paes de Barros, que foi autor de requerimento que solicitava a presença de Reichstul exatamente para explicar o fato, observou que a legislação não permite a adoção de medida dessa natureza apenas por meio de uma resolução do Conselho Administrativo da Petrobras, como ocorreu. “A legislação de sociedades anônimas determina que esse tipo de ação necessita da a-



Antero de Barros foi autor do requerimento que solicitou a presença de Reichstul na CAE

nuência de assembléia geral dos acionistas das empresas e parece que neste caso houve abuso de poder”, disse o senador.

Comissão de Orçamento vota LDO até 16 de junho

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pretende entregar à Mesa do Congresso, até o dia 16 de junho, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em condições de ser votado pelo Plenário. A comissão divulgou calendário em que fixa o dia 15 de maio como o prazo para que sejam oferecidas emendas.

De acordo com a proposta, encaminhada no dia 14 de abril ao Congresso, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) deverá registrar em 2001 superávit

de 2,6% do Produto Interno Bruto. Além disso, a LDO fixa metas superavitárias para os dois exercícios seguintes, conforme o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Comissão de Orçamento reúne-se hoje para votar relatório que analisa a execução do Plano Plurianual relativo aos exercícios de 1996 a 1998. Além disso, os parlamentares apreciam relatório sobre a autorização da execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto do Rio Grande (RS).

MP da Lei Pelé será apreciada hoje

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que altera a Lei Pelé reúne-se hoje, às 10h, para realizar a votação final do relatório sobre a matéria, elaborado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

De acordo com o senador, segundo lhe garantiu o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, uma

vez aprovado o projeto de conversão da MP, já na próxima semana a matéria poderá ser votada pelo Plenário do Congresso.

Em seu relatório, Maguito Vilela acolheu algumas sugestões apresentadas pelos membros da comissão, com destaque para a obrigatoriedade de as emissoras de televisão de sinal aberto transmitirem ao vivo os jogos da seleção nacional de futebol.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999. Senador Antonio Carlos Magalhães e outros. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 6-CCJ (substitutivo). Votaram: Sim: 62 Não: 08 Abst.: 01 Total: 71 Ficam prejudicadas a proposta, as emendas nºs 1-CCJ, 2 a 5-Plen e a PEC nº 96/99, que com ela tramitam em conjunto. A matéria constará da sessão deliberativa ordinária de 18/5, para apreciação em segundo turno.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999. Comissão Especial da Pobreza. Institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira e dá outras providências.

Resultado: Prejudicada, em virtude da aprovação da PEC nº 67/99, constante do item anterior.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999. Senador Álvaro Dias e outros. Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos).

Resultado: Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999. Renova a concessão da Rádio Nossa Senhora OM de Socorro (SP).

Resultado: Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 1999. Renova a concessão da Rádio Central OM de Monte Alegre (MG).

Resultado: Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999. Renova a concessão da Rádio Princesa OM de Francisco Beltrão (PR).

Resultado: Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

7

Requerimento nº 208, de 2000. Senador Jefferson Péres. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 160, de 1998, e 99, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, em virtude do término do tempo regimental da sessão.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Eleição proporcional pode ter metade dos candidatos em lista fechada

Proposta aprovada pela CCJ institui novo modelo para escolha de deputados federais, estaduais e vereadores que, segundo o senador José Fogaça, levará ao fortalecimento dos partidos

Com base em substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter terminativo e por unanimidade, projeto de lei que institui o sistema de lista fechada (apresentada pelos partidos) nas eleições proporcionais (para deputados federais, estaduais e vereadores). A proposta ainda precisa ser analisada pela CCJ em turno suplementar.

Pelo texto elaborado por Fogaça, que reuniu partes dos projetos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), além de emenda do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o voto na lista fechada, escolhida em convenção, definirá o número de vagas a que o partido faz jus na eleição. A partir dessa definição, 50% das cadeiras serão preenchidas pelos nomes que constam da lista fechada e a metade restante será preenchida de acordo com a votação que os candidatos de outra lista, aberta, receberem na eleição.

Outra inovação importante do projeto de Fogaça é a garantia de que 30% das vagas da lista partidária devem ser ocupadas por mulheres. Os nomes das candidatas, determina a proposta, também devem ter posição política equilibrada na ordem de preferência dos candidatos.

— A proposta tem como objetivo fortalecer os vínculos e a unidade partidários, e evita a manipulação da lista, pois, se forem incluídos na lista os “cupinchas dos caciques”, em detrimento dos candidatos com respaldo popular, o partido inteiro “naufrega” — afirmou o relator.

Para Requião, o substitutivo de Fogaça aperfeiçoou sua proposta, pois os candidatos da lista aberta terão que trabalhar pelo partido, já que “é a legenda que determina o número de vagas”.

FORTELECIMENTO

Nesse sentido, Sérgio Machado acredita que o eixo central da proposta é o fortalecimento dos partidos. Ele lembrou que a CCJ está promovendo a reforma do sistema político-eleitoral, pois já aprovou, por exemplo, o projeto que proíbe as coligações nas eleições proporcionais e o que institui a cláusula de desempenho dos partidos políticos.

Na opinião de Sérgio Machado, a proposta que estabelece o financiamento exclusivamente público das campanhas, à qual foi concedida vista coletiva na reunião e que tem relatório favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), também é importante para aprimorar a democracia no Brasil.

AS INOVAÇÕES

O voto na lista fechada, escolhida em convenção, definirá o número de vagas a que o partido faz jus na eleição

50% das cadeiras serão preenchidas pelos nomes que constam da lista fechada

A metade restante será preenchida conforme os votos recebidos pelos candidatos da lista aberta

30% das vagas da lista partidária devem ser ocupadas por mulheres



Projeto acolhido pela Comissão de Justiça é de iniciativa de Roberto Requião

Projeto aprovado descaracteriza opinião como propaganda política

Na mesma reunião ontem, a CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) estabelecendo que não será considerada propaganda eleitoral a manifestação pública sobre assuntos políticos. O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), acolheu emenda do senador Roberto Freire (PPS-PE) que ampliou o alcance da proposta de Requião.

A proposta do senador paranaense revoga cinco artigos do Código Eleitoral, no que diz respeito a infrações cometidas pelos candidatos (injúria, calúnia e difamação) e acrescenta parágrafo à Lei 9.504/97, que fixou normas para as eleições. Com o texto de Requião, “não se considera propaganda eleitoral a manifestação pública do cidadão, ainda que mediante material

impresso, sobre assuntos políticos gerais, desde que não veicule pedido de voto para si ou para outrem”. De acordo com a atual legislação, a propaganda eleitoral só é permitida após 5 de julho do ano da eleição, sob pena de multa de 20 mil a 50 mil Ufirs.

Requião elaborou sua proposta a partir da constatação de que Justiça Eleitoral vem multando diversos candidatos que, antes do início oficial da campanha, concedem entrevistas a veículos de comunicação falando sobre suas propostas eleitorais:

— Todos temos tido notícias de decisões equivocadas de juízes eleitorais que, sob o pretexto de coibir propaganda eleitoral ilegal, acabam por negar o direito de expressão garantido à cidadania pela Constituição — justificou Iris, em seu voto como relator.

Alcântara: MP deve informar CPIs sobre processos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto determinando que o Ministério Público ofereça informações sobre o andamento de procedimento relativo às conclusões das comissões parlamentares de Inquérito (CPI) à Casa legislativa onde elas ocorreram ou ocorreram. O projeto foi enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo e, caso seja aprovado, segue direto à Câmara dos Deputados, a menos que 10% dos senadores, por meio de requerimento, queiram levá-lo ao Plenário.

Conforme a Constituição federal, todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, salvo se o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, disse o senador. Segundo o projeto, a Casa legislativa em que se desenvolveu a CPI tem legitimidade ativa para requerer ao Ministério Público informações sobre o andamento da comissão. A proposta confere ao Ministério Público a promoção da responsabilidade civil e criminal dos infratores.



Alcântara é autor do projeto em exame na CCJ

CE

Incentivo para informática será votado na terça

O presidente da Comissão de Educação, senador Freitas Neto (PFL-PI), concedeu, ontem, vista coletiva do projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que prorroga a isenção e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática. O relatório do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é favorável ao projeto, com algumas emendas.

Este projeto de lei prorroga até 31 de dezembro de 2009 a Lei 8.248, de 1991, que concedeu os benefícios fiscais até outubro do ano passado. Uma medida provisória de 11 de fevereiro deste ano prorrogou os benefícios até o próximo dia 31 de maio. O projeto de lei complementar que está agora em exa-



Na Comissão de Educação, Freitas Neto concedeu vista do projeto que prorroga a isenção e a redução do IPI para empresas de informática

me na Comissão de Educação impõe uma redução gradativa do benefício até 2009, favorecendo as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, que têm reduções anuais menores.

O senador Freitas Neto informou que a votação do projeto no âmbito da Comissão de Educação deverá acontecer na próxima terça-fei-

ra. Foi aprovado um requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que pede um parecer da Secretaria da Receita Federal sobre o projeto. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e deverá ser também submetida à Comissão de Assuntos Econômicos.

Comissão aprova redução da área de reserva legal na Amazônia e cerrado

Projeto de conversão da MP que muda o Código Florestal causou polêmica. Pedido de adiamento da votação, feito pelo líder do governo no Congresso, não foi aceito

A Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de apreciar a medida provisória que estabelece mudanças no Código Florestal Brasileiro deu parecer favorável a projeto de conversão apresentado pelo relator da matéria, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), permitindo a redução da área de reserva legal. De acordo com a proposta, as propriedades rurais da Amazônia poderão reduzir as reservas de 80% para 50% e as localizadas no cerrado de 50% para 20%. A matéria segue agora para votação no Plenário do Congresso no próximo dia 27.

Não adiantaram os apelos do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), que propôs o adiamento da votação pelo prazo de 24 horas. Ele desejava ganhar tempo para abrir negociações entre governo, oposição, ambientalistas e ruralistas, a fim de que o relatório de Micheletto fosse melhor analisado. Segundo Arthur Virgílio, "o próprio governo tinha restrições ao relatório".

A preocupação do líder do governo também foi encampada pelo



Comissão mista debateu longamente as mudanças propostas antes de aprovar o projeto de conversão da MP

ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que compareceu, de surpresa, ao Senado. Apesar de não entrar na comissão, distribuiu nota à imprensa criticando o relatório de Micheletto. De acordo com a nota, o relator ignorou grande parte da proposta do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) "e propôs modificações inaceitáveis no Código Florestal".

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) pediu vistas do processo tão logo o relator concluiu a leitura do documento. Ele também propôs o adiamento da votação pelo prazo de 24 horas, já que tinha dúvidas a respeito de algumas medidas constantes no relatório. Mas o presiden-

te da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) argumentou que o prazo regimental para a comissão analisar a medida provisória estava praticamente encerrado e propôs a suspensão da sessão por duas horas para que as dúvidas fossem esclarecidas.

Depois de duas horas, a sessão foi reaberta. Parlamentares da oposição, como o deputado Marcos Afonso, fizeram duras críticas ao relatório de Micheletto, por entender que favorece o desmatamento generalizado, em prejuízo do meio ambiente. Ele desejava a aprovação do voto em separado apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), elaborado pelo Conama, que,

na sua avaliação, preservaria o meio ambiente. O substitutivo foi rejeitado.

Já o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), com base em estudo elaborado pela Universidade de São Paulo, informou que a pecuária pode conviver muito bem na região amazônica com o desenvolvimento sustentado e o respeito ao ambiente. É que, segundo ele, as áreas ocupa-

das por pastagens oferecem mais oxigênio e retraem o hidrogênio.

Também o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) defendeu o relatório do deputado Moacir Micheletto. Mestrinho observou que o relatório atende tanto aqueles que lutam pela questão ambiental quanto os que defendem o desenvolvimento sustentado da Amazônia. Ele acusou o Ministério do Meio Ambiente de seguir a cartilha de organizações não-governamentais (ONGs), como o Greenpeace, que, a seu ver, muitas vezes não espelham a realidade nacional. "A população da Amazônia não quer só contemplar pássaros e cachoeiras. Quer trabalho e crescimento econômico", garantiu.



Eduardo Suplicy leu em Plenário carta dirigida ao governador fluminense

Suplicy pede a Garotinho que adote programa de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, em carta lida em Plenário ontem, a aplicação de um programa de renda mínima. Analisando a implementação experimental, desde 1999, dos programas Bolsa Escola e Compartilhar/Cesta do Cidadão, Suplicy mostrou-se temeroso de que algumas distorções, noticiadas pela imprensa, estejam prejudicando as boas intenções e a eficiência das ações do governo fluminense.

Suplicy acredita que a distribuição dos benefícios por igrejas, por mais sérias que sejam, dão margem a que muitas pessoas deixem de recebê-los, ainda que tenham condições sócio-econômicas semelhantes. O senador mencionou seu projeto de lei, aprovado no ano passado no Senado e atualmente em apreciação na Câmara dos Deputados, que institui a renda mínima para as camadas mais pobres da população, a partir de uma fórmula que estabelece o benefício a ser pago levando em consideração a renda e o número de integrantes de cada família.

Ele lembrou que os países mais desenvolvidos coordenam programas de garantia de renda mínima, de imposto de renda negativo e de crédito fiscal por remuneração recebida. Colocando-se à disposição do governo do Rio de Janeiro para discutir o assunto, ele sugeriu ao governador que coordene melhor os programas implementados no Estado em níveis federais, estaduais e municipais, ou até que se institua um programa com base em outro projeto seu, de 1992, que não foi aprovado, mas que também versa sobre renda mínima, não por família, e sim por pessoa adulta.

Quintanilha: "Foi a melhor solução"

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem que as mudanças no Código Florestal aprovadas pela comissão mista que examinou a Medida Provisória 1.956, que trata da definição das áreas de floresta e cerrado a serem preservadas por agropecuaristas, atendem à crescente demanda por alimentos. O senador admite

a dificuldade de conciliar as posições de grupos ambientalistas e empresariais com relação ao texto da MP.

— Não chegamos a um consenso. De um lado tínhamos os ambientalistas e de outro os que querem o desenvolvimento sustentável. A solução foi a melhor num quadro de crescente demanda por alimentos — afirmou Quintanilha.



Para Quintanilha, mudanças atendem à demanda por alimentos

Relator diz que trabalhou com apoio de cientistas

Ao defender a redução da área de reserva legal prevista no projeto de conversão à medida provisória

que altera o Código Florestal, o relator da matéria, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), afirmou que preparou "um relatório para o país e não para os ambientalistas e ruralistas". Seu relatório, disse, foi feito "sem paixão" e com o apoio da comunidade científica brasileira, a qual, a seu ver, deseja um novo zoneamento ecológico e econômico da região amazônica e do Centro-Oeste.

Micheletto observou que, na qualidade de relator da medida provisória, abriu espaço para que todas as tendências, inclusive os ambientalistas, se manifestassem a respei-

to. Segundo observou, as organizações não-governamentais (ONGs), com apoio de lideranças políticas, fecharam os olhos para o novo conceito de crescimento econômico sustentado, levando em conta apenas a preservação ecológica.

O relatório aprovado dispensa a obrigatoriedade de recomposição da área de reserva legal, ressalvadas as áreas de preservação permanente; institui o Bônus de Conservação Ambiental, com o objetivo de estabelecer mecanismos de compensação para os ruralistas que preservem o meio ambiente e, entre outros dispositivos, cria mecanismos de proteção do solo, água, flora e da fauna nativas quando da construção ou manutenção de estradas, açudes e outras benfeitorias nas propriedades rurais.

Para a senadora Marina Silva (PT-AC), o relatório do deputado Micheletto peca por diminuir a área de reserva legal. De acordo com a

proposta, as áreas de preservação permanente que já foram devastadas não continuarão como tal, aí incluindo encostas de morros e margens de rios e de lagos.

Marina entende que essas áreas, independentemente de estarem ou não preservadas, precisam ser recuperadas. Ela ressaltou que as encostas e margens de rios e lagos não podem ser utilizadas para nenhuma atividade econômica, conforme prevê o projeto. Também criticou a diminuição da reserva legal de 80% para 50% na região amazônica e de 50% para 20% no cerrado.

— A mudança do Código Florestal é uma necessidade, mas é necessário manter os avanços ambientais conquistados ao longo desses últimos 30 anos. Não podemos aceitar um retrocesso. Do contrário, estaremos diante de um processo de crescimento como do rabo de cavalo, ou seja, crescendo para baixo — concluiu Marina.

Quintanilha fala da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal é o tema da entrevista com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que a TV Senado leva ao ar hoje às 7h30 e 14h. Sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na semana passada, a lei tem o objetivo de balizar os limites de endividamento dos estados e municípios.

Quintanilha lembra que a Lei Camata já cumpria em parte este papel, mas não abrangia os poderes Legislativo e Judiciário. Ele cita entre os mecanismos da nova lei os limites de gasto com pessoal, que não pode passar de 50% do Orçamento, no caso da União, e de 60% no caso dos estados e municípios.

Mauro explica PEC sobre verbas para a irrigação

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) concedeu entrevista à TV Senado para falar sobre a proposta de emenda constitucional de sua autoria que prorroga por dez anos a aplicação por parte da União de percentuais mínimos do

total de recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. O projeto estabelece que a região Nordeste continue com 50% desses recursos e o Centro-Oeste, com 20%. A entrevista vai ao ar hoje às 7h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 – Senado em Pauta
1h – Cidadania: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
1h55 – Senado em Pauta
2h – Unip: Medicina do Esporte – 3ª parte
2h30 – Jornal do Senado
2h55 – Senado em Pauta
3h – Cores do Brasil: Turismo no interior do Amazonas
3h30 – Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
3h55 – Senado em Pauta
4h – Jornal do Senado
4h30 – Unip: Medicina do Esporte – 3ª parte
4h55 – Senado em Pauta
5h – TV Escola – Uma TV cheia de histórias – São Mamede (PB)
5h30 – Cores do Brasil: Turismo em Sergipe
5h55 – Senado em Pauta
6h – Unip: Medicina do Esporte – 3ª parte
6h25 – Senado em Pauta
6h30 – Cidadania: Senador Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
6h55 – Senado em Pauta
7h30 – Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – Uma TV cheia de histórias – São Mamede (PB)
8h55 – Senado em Pauta

9h – Cores do Brasil: Turismo em Natal
9h30 – Entrevista: Senador Mauro Miranda fala sobre a irrigação no Nordeste e Centro-Oeste
10h – Sessão Plenária (vivo)
14h – Entrevista: Senador Leomar Quintanilha fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
14h30 – Sessão Plenária (representação)
Logo após: Comissão Mista dos Bingos (gravado)
21h – Jornal do Senado
21h30 – Comissão de Assuntos Econômicos (representação)
Logo após: Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida: Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida: Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida: Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida: Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste

Ademir quer recursos para merenda descentralizados

Para o senador, as prefeituras e governos estaduais devem repassar o dinheiro diretamente às escolas. A medida, disse, já foi adotada no Amapá

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) propôs ontem que as verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam repassadas, pelos governos estaduais e prefeituras, diretamente às escolas. Ademir anunciou que formalizará sua sugestão à medida provisória (MP), já em sua 18ª edição, que regula o funcionamento do programa da merenda escolar.



Ademir apresentará sua proposta à MP da merenda escolar

O senador disse que se inspirou na decisão adotada pelo governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), que está repassando o dinheiro aos estabelecimentos de ensino em vez de comprar e estocar alimentos, com base no que faculta a MP. Rio de Janeiro e Minas Gerais também adotaram o repasse diretamente às esco-

las. Assim mesmo Ademir entende que a obrigatoriedade dará mais eficiência à administração dos recursos e facilitará o controle do dinheiro pela comunidade. O senador lembrou os inúmeros casos de desvios nos recursos para a merenda.

– Capiberibe dá uma demonstração de que confia na capacidade de organização do povo e na democracia. Ele é um exemplo para o Brasil – disse Ademir Andrade. O senador citou outras ações adotadas pelo governador do Amapá, entre elas o serviço de orientação para a boa gestão dos caixas escolares.

Segundo o senador, João Capiberibe tomou outra providência importante ao complementar os recursos federais destinados à educação. A medida garante que cada aluno

receba, na forma de merenda, R\$ 0,25 por dia, contra R\$ 0,13, para o ensino fundamental, e R\$ 0,06, para o ensino infantil, repassados anteriormente.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) classificou de “corrupção hedionda” o desvio de dinheiro da merenda. Ele acredita que a escola tem as melhores condições para administrar a compra de alimentos, conforme demonstram diversos exemplos em seu estado. Segundo o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a administração da merenda pela própria escola é importante para a economia local, beneficiando por exemplo produtores rurais próximos às escolas. Para Saturnino, os grandes fornecedores vendem a preços mais altos e muitas vezes participam de corrupção. Apesar de divergir “pontualmente” do governador Capiberibe, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) elogiou-o pela administração da merenda.

Moreira propõe fundo para segurança pública

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) propôs ontem a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (Funseg), que permitiria a modernização do aparelho policial. Como fontes para o fundo, o senador sugere dotações orçamentárias da União, doações e contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis provenientes de pessoas físicas, jurídicas e de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras.

Outras fontes apontadas por Moreira Mendes seriam convênios, contratos e acordos firmados com entidades públicas ou pri-

vadas, além de 3% do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias administrados pelo governo. Haveria ainda, disse, os rendimentos de qualquer natureza decorrentes da aplicação do patrimônio do fundo.

O senador propõe que 85% dos recursos arrecadados pelo Funseg sejam destinados aos estados integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal.



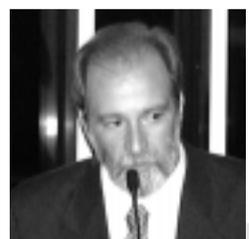
Moreira: o fundo irá modernizar o aparelho policial

Os 15% restantes seriam repassados às regiões Sul e Sudeste.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) aplaudiram a proposta de Moreira Mendes. Cabral lembrou que a sociedade brasileira já perdeu sua tranquilidade devido à violência. Romeu Tuma defendeu o aumento de investimentos para aparelhar as polícias. Segundo disse, é preciso devolver a dignidade aos policiais.

Osmar defende mais controle sobre gastos do Executivo

O governo federal, estados e municípios não poderão mais elaborar projeções de gastos sem que esses não estejam de acordo com a efetiva arrecadação. A proposta faz parte de projeto de lei complementar do senador Osmar Dias (PSDB-PR)



Osmar Dias: não se pode gastar mais do que é arrecadado

enviado para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto determina ainda o limite máximo de 20% para os executivos federal, estadual e municipal remanejem seu orçamento para cada programa executado.

– A proposta busca evitar que o Poder Executivo possa descaracterizar a proposta inicialmente aprovada pelo Poder Legislativo, servindo-se para tanto somente do instrumento do decreto – disse.

Em sua justificativa, Osmar Dias disse que existem vários administradores que superestimam os recursos orçamentários para fugirem de pressões políticas ou, até mesmo, atendem a interesses que não são prioridades sociais. “Mas, ao fazerem tal ação, acabam por comprometer as gestões futuras”, afirmou.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Mozarildo Cavalcanti recebeu lideranças indígenas que reivindicam a presidência da Funai

Mozarildo quer um índio na presidência da Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Justiça, José Gregori, para que seja nomeado um índio para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), e para que não permitam a interferência de organizações não-governamentais (ONGs) no processo de escolha do presidente do órgão.

Mozarildo afirmou ser “portavoz” de dez nações indígenas, radicalmente contrárias às articulações das ONGs para influir na nomeação do novo presidente da Funai. Segundo ele, os indígenas lhe entregaram seis documentos reivindicando a presidência do órgão, pedindo o afastamento das organizações não-governamentais e denunciando que não estão sendo ouvidos nas

discussões para a elaboração do novo Estatuto do Índio.

– O que é de se admirar, e o motivo da revolta desses indígenas, é que eles, a quem se destina o estatuto, não estão sendo ouvidos. Nos documentos que me foram entregues, eles dizem claramente que a Funai, em conjunto com essas ONGs, está manobrando para impor à opinião pública, portanto ao Congresso Nacional, um modelo de estatuto que não tem nada a ver com o que eles pensam, com o que eles querem – protestou o senador.

Para Mozarildo, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento são a oportunidade “para o país dar voz aos índios, e para que as autoridades não aceitem mais a dominação exercida pelas ONGs sobre a Funai”.

Rocha pede prorrogação de ajuda a município atingido pelas cheias

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reivindicou do governador do Amapá, João Capiberibe, a prorrogação do estado de calamidade pública no município de Laranjal do Jari, que deveria se extinguir no próximo dia 14, uma vez que as águas do rio Jari continuam a subir, depois de um breve período de baixa. Ele informou haver mais de 30 mil pessoas desabrigadas e precisando de alimentos, medicamentos e todo tipo de auxílio.

Para Sebastião Rocha, o estado de calamidade deveria se estender até



Sebastião Rocha afirma que estado de calamidade deve continuar até o fim do ano

o final do ano, uma vez que o município ficou submerso mais de 30 dias e terá imensas dificuldades de saúde pública quando as águas baixarem.

O senador também fez um apelo aos parlamentares para votarem uma proposta melhor do que R\$ 151 para o salário mínimo. “Demonstrem repulsa diante das ameaças de retaliação que o presidente Fernando Henrique Cardoso está fazendo sobre os parlamentares. Não uma indignação apenas retórica, mas uma indignação positiva, colocando, acima das pressões, o bem do povo”, concluiu.

Cabral vai propor CPI para investigar atuação de ONGs

Para senador, organizações amparadas por “doações milionárias de empresas com interesses inconfessáveis” ofendem a soberania nacional

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou ontem sua preocupação com a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia e anunciou estar coletando assinaturas para a instalação de uma CPI, no Senado, destinada a investigar o assunto. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que compartilha das mesmas preocupações, irá trabalhar em conjunto com Cabral na proposta da CPI.

– Meu objetivo é simples: quero prestigiar as ONGs que trabalham com honestidade de propósitos e desmistificar as que possuem fachadas de catedral e fundos de bordel. Sob pretexto de preservar a floresta, elas cobiçam as riquezas minerais e da biodiversidade, e, sobretudo, nossas reservas de água doce, as maiores do planeta – disse Cabral.

O senador citou artigo escrito por Eurípedes Ferreira Lins, presidente da Federação da Agricultura do Amazonas e do Sebrae, con-

denando a atuação das organizações não-governamentais na Amazônia e classificando de “petulância” sua tentativa de querer impor métodos de defesa da floresta.

Para Cabral, algumas ONGs, “amparadas por doações milionárias de empresas com interesses inconfessáveis”, ofendem a soberania do Brasil ao querer ensinar os brasileiros a preservar a floresta e os índios. Ele observou que o país já dispõe de uma política ambientalista, de um Ministério do Meio Ambiente e de um Exército, todos aptos a exercer a vigilância necessária para que o desenvolvimento econômico da região não afete seu equilíbrio ecológico.

Em apartes, os senadores Mozarildo Cavalcanti e Moreira Mendes (PFL-RO) apoiaram a idéia de instalar uma CPI para investigar as ONGs e levantaram suspeitas sobre sua atuação “desinteressada”



Objetivo de Cabral é prestigiar as ONGs honestas e “desmistificar as que possuem fachadas de catedral e fundos de bordel”

na região. Moreira denunciou “pressões inconcebíveis” de algumas dessas organizações sobre os parlamentares que estão legislando sobre modificações de dispositivos do Código Florestal, que disciplina o uso econômico das terras amazônicas.

Cooperativismo pode ser opção de trabalho para mulheres, diz Luzia

O cooperativismo feminino tem sido a grande oportunidade para as mulheres excluídas do mercado de trabalho ou massacradas pela condição social e falta de educação básica, disse ontem a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). Ela tratou, em seu pronunciamento, do tema *A realidade e perspectiva profissional da mulher no cooperativismo*.

Luzia Toledo citou vários exemplos de sucesso baseado no trabalho cooperativo. Um deles, o de Maria, do interior de São Paulo, uma bóia-fria que trabalhava na colheita de café e que quase morreu em consequência da picada de uma cobra que não conseguiu ver, porque não tinha dinheiro para comprar óculos. Com cinco colegas, abriu a Cooperativa de Pães e Biscoitos de Guaíçara (SP), e hoje é a empresária Maria Rossi



Luzia Toledo pede estímulo às iniciativas destinadas a promover o associativismo no trabalho feminino

Pereira, de 53 anos.

Outros exemplos citados pela senadora Luzia Toledo foram o Pólo de Roupas Íntimas de Sobradinho, em Brasília, a Cooperativa Pernambucana de Vestuário e Têxtil e a Nós na Trama, de Araruama e Niterói, no Rio de Ja-

neiro – todas cooperativas têxteis criadas por donas-de-casa e que se tornaram empreendimentos empresariais vitoriosos.

– Por isso, é desejável que sejam apoiadas e estimuladas as iniciativas destinadas a promover o associativismo no trabalho feminino, como forma de assegurar a empregabilidade de um enorme contingente de mulheres e, dessa forma, minimizar as graves consequências que o desemprego traz ao país – disse a senadora.

Para Luzia Toledo, formar uma cooperativa exige, entre outras coisas, orientação administrativa e contábil, instalação de sede própria, veículo para compra e entrega de mercadorias, capital de giro e adaptação às exigências da lei. “Depois, as cooperadas precisam receber treinamento especial, além de cursos para aprender, por exemplo, a trabalhar para as datas comemorativas nacionais.”